

## PREVIDÊNCIA



Waldemir Rodrigues

# Governo tem votos para aprovar reforma, diz Viana

Relator se declara pronto para apresentar amanhã, na Comissão de Justiça, parecer às mais de 200 emendas de Plenário

O relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (foto), acredita que o governo tem os 49 votos necessários para aprovar a proposta, cuja

discussão em primeiro turno se encerra hoje no Plenário. Viana prevê a primeira votação da reforma da Previdência nos dias 18 ou 19.

Página 3

Berzoini pode ser chamado para explicar corte de aposentadorias

Página 4

## Senado instala hoje CPI que vai investigar plantio ilegal de soja transgênica

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar o contrabando e o plantio ilegal de soja transgênica instala-se hoje, a partir das 14h. A CPI, que terá 180 dias para concluir seus trabalhos, deve eleger o presidente e o vice, e escolher o relator. O senador João Capiberibe, primeiro signatário do requerimento de constituição da CPI, teme riscos para o futuro da agricultura brasileira, que ficaria dependente de um único fornecedor de sementes transgênicas.

Página 6



Gerardo Maggela

O AUTOR João Capiberibe propôs a instalação da CPI que vai apurar o plantio ilegal da soja



## Paulo Paim repudia mudança na CLT que prejudique trabalhador

O senador Paulo Paim anunciou seu voto contrário a propostas que, com a intenção de reformar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), eliminem direitos históricos dos trabalhadores, como as férias de 30 dias e o 13º salário. O parlamentar considerou a CLT "patrimônio do povo" e disse que ela não pode ser reformada para atender aos "interesses do neoliberalismo". Segundo Paim, nos países onde reformas semelhantes foram feitas, o desemprego aumentou.

Página 8



Roosevelt Pinheiro

TRANSPARÊNCIA Sarney observa que o Legislativo adota decisões de forma aberta

### Sarney: Legislativo é o Poder mais exposto à avaliação da sociedade

Página 7



Roosevelt Pinheiro

ADVERTÊNCIA Paim vê aumento do desemprego nos países que fizeram mudanças neoliberais



## Jucá defende maior combate à pirataria

Ao registrar que a pirataria é um dos principais crimes contemporâneos e que atinge não só quem produz e distribui bens e mercadorias, mas também toda a sociedade, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu o reaparelhamento da Receita Federal, o aprimoramento da legislação aduaneira, uma maior integração entre as empresas vítimas de pirataria e os órgãos responsáveis pelo combate ao crime, a melhoria das condições de trabalho e de segurança das repartições alfandegárias e o aumento do quadro de auditores fiscais.



Jucá pede melhor aparelhamento da Receita Federal

– A pirataria é responsável pela evasão de bilhões de dólares, o que implica redução de receita, impondo um sacrifício ainda maior aos já extenuados contribuintes brasileiros. Além disso, impede a implantação de inúmeros programas sociais relevantes – afirmou Jucá.

Segundo o senador, a situação é conseqüência da precária infra-estrutura do país para enfrentar a pirataria, apesar do esforço dos auditores fiscais da Receita Federal. Ele opinou que o quadro de funcionários é desproporcional aos desafios enfrentados. São 1.300 auditores para executar todas as tarefas inerentes à fiscalização, inclusive o combate à pirataria.

Jucá destacou que o órgão enfrenta restrições orçamentárias, o que impede uma adequada fiscalização aduaneira.

defendeu o reaparelhamento da Receita Federal, o aprimoramento da legislação aduaneira, uma maior integração entre as empresas vítimas de pirataria e os órgãos

## Senadores terminam o debate da reforma da Previdência

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, será destinada à quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de reforma da Previdência (PEC nº 67/03). Além disso, o Plenário realiza

a segunda sessão de discussão, em segundo turno, do projeto que cria as procuradorias jurídicas do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (PEC nº 39/01).

## Sarney recebe visitantes e preside a ordem do dia

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, o governador de Goiás, Marconi Perillo. Às 11h30, Sarney será visitado pelo diretor-presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

(Embraer), Maurício Botelho, e, às 12h, pelo ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. Às 16h, o presidente se encaminha ao Plenário, onde preside a ordem do dia.

## Comissão discute ensino médio nas penitenciárias

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h, para discutir o projeto que institui o ensino médio nas penitenciárias (PLC nº 95/02) e o que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes (PLS nº 215/03). O colegiado vota ainda proposta de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que disciplina a exibição de material erótico em estabelecimentos comerciais (PLS nº 331/03).



## Ministro fala sobre gasto com infra-estrutura



A Comissão de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje, às 10h, audiência com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que fala sobre investimentos em projetos de infra-estrutura entre os anos de 2004 e 2007, período abrangido pelo Plano Plurianual. Na segunda parte da reunião será votado projeto que torna obrigatório o uso de coletores salva-vidas em embarcações destinadas ao transporte de passageiros (PLS nº 376/03).

## CPI investiga ilegalidades na soja transgênica

Será instalada hoje, às 14h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transgênicos. Ela foi criada a partir de um requerimento do senador João Capiberibe (PSB-AP) para investigar o contrabando de sementes transgênicas de soja, bem como seu plantio ilegal no país. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente e designado o relator da comissão.



## Emendas ao Orçamento na CAE

Hoje, às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota emendas a serem apresentadas à Comissão Mista de Orçamento. Às 10h, o colegiado analisa dois projetos de Antero Paes de Barros (PSDB-MT): um que altera a legislação tributária (PLS nº 46/03) e outro que estimula ajuste fiscal nos estados (PLS nº 16/03).

## Líderes definem relatores

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza hoje, às 14h30, reunião com representantes das lideranças partidárias para definir os relatores setoriais da proposta de Orçamento para o próximo ano. Além disso, a comissão deve analisar projeto que dá crédito especial de R\$ 17 milhões à Justiça federal (PLN nº 34/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Ana Júlia rebate críticas ao governo Lula

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comentou que, ao contrário do que alguns críticos vêm afirmando, o governo Lula não está paralisado. Para ela, a unificação dos programas de transferência de renda é um exemplo de como o governo está preocupado com os programas sociais.



Beneficiário ganha com unificação de ações, diz Ana Júlia

– Unificar significa tornar os gastos mais racionais e diminuir os desperdícios. Significa integrar União, estados e municípios. A renda do beneficiário aumentará e haverá diminuição da dependência de influências políticas para obtenção de um benefício social – afirmou Ana Júlia.

Na avaliação da senadora, o programa Bolsa Família é uma das principais iniciativas do governo para transferir renda com condicionalidades.

## Fátima registra doação para hospital em RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) informou que esteve na Itália e visitou o Hospital Bassano Del Grappa, considerado o melhor da Europa. No hospital, administrado pela Missão de São Daniel Camboni, ela foi informada pelo diretor, Giuliano Menaldo, que a instituição vai doar 200 mil euros para equipar duas salas de cirurgia em um hospital no município de Cacoal, em Rondônia, com 80 mil habitantes.

Fátima explicou que o hospital brasileiro – cuja obra foi abandonada devido a denúncias de irregularidades – poderá ser finalizado com o apoio dos voluntários cambonianos e deverá adotar a mesma filosofia da instituição italiana.

A senadora relatou que, sob o comando do padre Franco Vialletto, em Cacoal, foi construída uma rede de solidariedade que ultrapassa as fronteiras do país. Ela disse que já foi constituída uma fundação para gerir o hospital, estando o projeto a cargo do engenheiro Giovanni Martini, o mesmo que projetou o Hospital Del Grappa.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.  
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**PREVIDÊNCIA** Plenário realiza hoje última sessão de discussão sobre mudanças no sistema previdenciário, cuja aprovação é considerada tranqüila por Viana. Serys questiona pontos da proposta

## Viana: governo tem votos para aprovar reforma

O líder do PT e relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (AC), garantiu em entrevista que o governo "tem os 49 votos necessários para aprovar" a reforma da Previdência no Plenário. Ele acredita que a primeira votação em Plenário deve ocorrer nos dias 18 e 19 deste mês e, "se houver algum atraso, uma semana depois".

– Nós temos um pouco mais que os 49 votos para aprovação da emenda constitucional. Talvez uns 53 votos – avaliou Tião Viana.

Essa maioria é para a votação do texto básico da reforma previdenciária. No entanto, os senadores podem pedir para que sejam suprimidas partes do texto já aprovado e, nesse caso, para manter o texto básico intocado, o governo também precisa de 49 votos, dos 81 senadores. Quando se trata de emendas ao texto (e não de supressão), são os autores das emendas que têm de conseguir

os 49 votos.

Tião Viana disse ainda que o governo deve aceitar a supressão de pelo menos um trecho da reforma, na parte em que são criados três subvetos salariais nos estados – um para o Judiciário, outro para o Executivo e outro para o Legislativo.

Com a supressão, o subteto do Executivo estadual será resolvido definitivamente só na chamada "emenda paralela", na qual o governo colocou as alterações na reforma que aceita fazer no Senado. A reforma determina que o maior salário de servidor do Executivo estadual será o do governador. Como em alguns estados o salário do governador é baixo, a "emenda paralela" dá um prazo de 60 dias para que os governadores enviem projetos às assembleias aumentando seus próprios vencimentos. O limite, nesse caso, será o salário do desembargador da Justiça estadual. O de desembargador, por sua vez, não pode passar de 90,25% do



**AValiação** Tião Viana acredita em primeira votação no Plenário já nos dias 18 e 19

salário de ministro do Supremo Tribunal Federal. Esse sistema de vinculações e limites está sendo introduzido pela reforma da Previdência.

Tião Viana afirmou em entrevista que já está pronto para apresentar amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seu parecer às mais de 200 emendas de Plenário já apresentadas à Previdência. As oposições pretendem pedir vista da matéria e, mesmo nesta hipótese, Tião Viana acredita que o assunto será resolvido na CCJ no máximo em uma semana.

– Pelos nossos cálculos, a reforma da Previdência estará totalmente votada no Senado nos últimos dias de novembro ou na primeira semana de dezembro – disse o líder do PT.

## Serys cobra debate sobre transição e paridade

Ao defender uma ampla negociação em torno da proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência, Serys Shlessarenko (PT-MT) opinou que muitas das alterações incluídas no texto aprovado pela Câmara atacam direitos nunca questionados nos programas e nos discursos do PT, como a não taxaço de aposentados, a integralidade de pensões e a necessidade de regras justas de transição.

A senadora aconselhou prudência na análise de temas como a própria taxaço de aposentados e pensionistas, a definição do subteto salarial, o estabelecimento de regras de transição, a questão da integralidade e da paridade, a garantia de que os policiais civis possam ter os mesmos direitos assegurados aos policiais militares e a elaboração das normas que envolvem servidores ou seus dependentes portadores de necessidades especiais.

– Vamos negociar, porque entendo que a negociação tem que ser a mola mestra desta reforma, de forma que não se possa dizer que, em relação aos servidores públicos, o PT desrespeitou contratos e atacou o direito adquirido.

Na avaliação da senadora, a grande batalha que o país deve



**NEGOCIAÇÃO** Para Serys, texto aprovado ataca direitos nunca questionados pelo PT

travar na reforma é para enfrentar o problema estrutural da Previdência Social no Brasil: a exclusão de mais da metade da população trabalhadora dos seus benefícios. Defendendo a luta contra os privilégios, ela também cobrou fiscalização implacável e incorruptível nas contas e uma política de seguridade social includente.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) avaliou que há pontos da reforma que precisam ser aperfeiçoados, como a questão da paridade entre ativos e inativos, o subteto salarial dos servidores públicos nos estados, a regra de transição para os funcionários que estão perto da aposentadoria e a cobrança previdenciária para os inativos.

## Plenário encerra discussão da proposta

A proposta de reforma da Previdência, que é analisada em primeiro turno pelo Plenário, tem sua quinta e última sessão de discussão marcada para ocorrer a partir das 14h30 de hoje. Também se encerra o prazo para que os senadores possam oferecer emendas à proposta (PEC nº 67/03). Depois dessa etapa, a matéria voltará para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para apreciação das emendas que recebeu em Plenário.

A reunião da CCJ para esse fim está agendada para amanhã, às 9h30. Após a análise pela comissão do parecer sobre as emendas, a ser apresentado amanhã pelo relator, senador Tião Viana, a PEC será votada em primeiro turno no Plenário. Senadores da oposição, membros da comissão, já adiantaram a intenção de pedir vista



**AGENDA** Senadores também analisam hoje emenda constitucional que institui procuradorias do TCU, do Senado e da Câmara

da matéria.

Também consta da pauta da sessão de hoje a proposta de emenda à Constituição nº 39/01, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que institui as procuradorias dos Tribunais de Contas, do Senado e da Câmara. A emenda está em segunda sessão de discussão, da segunda vez que é analisada pelo Plenário, e também será aprecia-

da nas duas outras sessões deliberativas da semana.

Na sessão de amanhã, os senadores deverão debater a PEC nº 27/03, que estabelece que as medidas provisórias serão iniciadas, em sua apreciação, alternadamente, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Hoje, a tramitação das medidas provisórias começa sempre pela Câmara.

## Maguito Vilela destaca apoio do PMDB às mudanças

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) invocou o apoio dado pelo PMDB às reformas tributária e previdenciária encaminhadas ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ilustrar o momento de amadurecimento experimentado pelo partido.

– Como sempre fez, o PMDB deixa claro a sua sintonia com os anseios do povo brasileiro, justificando a sua condição de partido preferido do país.

Em meio às mudanças partidárias verificadas regularmente no cenário político nacional, Maguito observou que rara-



**SINTONIA** Conforme Maguito, "PMDB justifica sua condição de partido preferido do país"

mente há uma desfiliação de peemedebistas. "Ao contrário, o PMDB é a eferescência da atuação política, um grande catalisador de novos e importantes quadros", comentou, justificando a atração que a legenda exerce sobre os egressos de outros partidos.



## PREVIDÊNCIA Arthur Virgílio condena ordem do ministro, que é defendido por Ideli Salvatti

# Ideli elogia pedido de desculpas de Berzoini

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou o que considerou “um gesto de grandeza” do ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, em reconhecer o erro e pedir desculpas por ter dado a ordem de suspender o pagamento dos aposentados com mais de 90 anos de idade, para que pudesse ser feito um recadastramento. Ela acrescentou que, apesar de haver errado na forma, o ministério agiu corretamente em realizar a atualização de cadastro para evitar fraudes, decisão que foi mantida.

Perto de completar 11 meses no comando do Ministério da Previdência, Ricardo Berzoini, na avaliação de Ideli, já realizou muito mais do que o que foi feito nos últimos anos quando aquela pasta, segundo a senadora, esteve sob o comando do PFL. Por esse motivo, ela cobrou dos pefelistas que pediram a demissão do ministro que façam um *mea culpa*, assumam seus erros e da mesma forma peçam desculpas à po-



**RESULTADOS** Ideli Salvatti faz balanço positivo dos 11 meses de atuação de Berzoini

pulação.

Entre as iniciativas tomadas na administração Berzoini, disse Ideli, está o estabelecimento de abril como a data-base para os reajustes das pensões e aposentadorias. Ela registrou ainda a decisão de pagar os benefícios até o 5º dia útil de cada mês e de publicar periodicamente a lista dos devedores da Previdência. O combate à sonegação também foi citado, inclu-

sive com a ampliação do número de forças-tarefa integradas por representantes do Ministério Público e da Polícia Federal.

– Também foi o ministro Berzoini quem tomou a iniciativa de colocar órgãos pagadores da Previdência em todos os municípios do Brasil. Quando ele assumiu, 336 municípios não tinham órgão pagador para os aposentados, obrigando-os a se deslocar para receber seus benefícios – afirmou Ideli.

Para a senadora, por outro lado, não agiram corretamente os parlamentares que pediram a demissão do ministro da Previdência. Ela lembrou que quem nomeia e demite é o presidente da República.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o direito de os senadores sugerirem a demissão de ministros.

– Pedir não ofende. Pedir para demitir ministro pode. O presidente resolve se vai demitir ou não – opinou Simon.



**CRÍTICAS** Arthur Virgílio estranha declarações de José Dirceu ao jornal *O Globo*

## Virgílio aponta “estripulias” na viagem de Lula à África

Recentes ações governamentais, além de idéias e atitudes de integrantes do alto escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, voltaram a ser objeto de comentários do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Inicialmente, lembrou a decisão do Ministério da Previdência, já revogada, de suspender o pagamento dos beneficiários de aposentados e pensionistas com mais de 90 anos. Em seguida, discorreu sobre a viagem do presidente Lula à África e sobre “erros e acertos” de entrevista concedida pelo ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José

Dirceu, ao jornal *O Globo*.

Sem entrar nos detalhes da polêmica medida previdenciária, o senador pelo Amazonas disse preferir aguardar as explicações a serem prestadas pelo ministro Ricardo Berzoini ao Congresso sobre o assunto. De qualquer forma, sugeriu não a demissão, mas o deslocamento de Berzoini, um homem “competente, inteligente e capaz”, para uma pasta onde caibam “aspereza e fala grossa”, citando como exemplo o Ministério dos Transportes.

A respeito da viagem do presidente Lula à África, “cheia de estripulias”, Arthur Virgílio condenou a “carona” que Delúbio Soares, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), pegou na comitiva presidencial, hospedando-se em hotéis com diária oscilando entre US\$ 150 e US\$ 180.

Mas a maior parte do pronunciamento do líder tucano foi dedicada à análise das declarações de José Dirceu a *O Globo*. Não obstante tenha elogiado e considerado corretas as posições do ministro sobre a situação da segurança pública interna, a crise na Bolívia, o apoio financeiro de organismos internacionais ao desenvolvimento nacional, problemas nos programas Fome Zero e Primeiro Emprego, Arthur Virgílio teceu críticas a opiniões mais ácidas dirigidas aos Estados Unidos e à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

## Ministro poderá explicar incidente com idosos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota amanhã, a partir das 11h, requerimento de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) convocando o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, para prestar informações sobre o recadastramento de aposentados com mais de 90 anos de idade, bem como daqueles que recebem benefícios do INSS há mais de 30 anos.

Em seu requerimento, Lúcia Vânia, que preside a CAS, observou que a decisão do Ministério da Previdência de suspender o pagamento dos aposentados com mais de 90 anos, obrigando-os a comparecer aos postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para se recadastrarem, causou revolta na sociedade. Para ela, Berzoini também infringiu o Estatuto do Idoso. Por isso, a senadora considera funda-

mental o comparecimento do ministro para, em audiência pública, esclarecer os fatos.

A CAS deve votar ainda requerimento de Reginaldo Duarte (PSDB-CE) que solicita a criação de um grupo de trabalho para discutir e apresentar propostas à reforma sindical. O senador sugeriu que uma vez por mês, pelo menos, o grupo de trabalho ouça um representante sindical.

Também deverá ser examinado parecer de Patrícia Saboya (PPS-CE) favorável ao Projeto nº 195/03, de autoria de Ideli Salvatti (PT-SC), que concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já o Projeto nº 145/02, de Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), cria a profissão de agente



**CADASTRO** Lúcia Vânia afirma que Berzoini infringiu o Estatuto do Idoso

comunitário de saúde, enquanto o do ex-senador Francelino Pereira, de nº 57/02, cria a profissão de artesão. Ambos os projetos estão em decisão terminativa e, se aprovados, seguem para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para serem examinados pelo Plenário do Senado.

Na quinta-feira, a CAS reúne-se para votar as emendas da comissão aos projetos de Orçamento da União para 2004 e do Plano Plurianual 2004-2007.

## José Agripino vê indecisão do governo sobre temas polêmicos

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), criticou o que chamou de “indecisão do governo Lula em matéria administrativa”. De acordo com o senador, essa indecisão se dá principalmente em relação aos temas que provocam divergências internas, como é o caso dos transgênicos.

Levantamento feito pelo senador mostra que, nos últimos meses, o governo criou 32 comissões destinadas a debater temas polêmicos e encontrar soluções, muitas vezes no prazo de um ano. Há comissões integradas por membros de 16 ministérios. E até uma comissão formada para estudar problemas relativos aos direitos sexuais e à paternidade que conta com a participação de especialistas da área de pesca.

– Qual é a do PT? Me preocupa demais essa insegurança e ambigüidade. Quando vota, o



**LEVANTAMENTO** José Agripino contabilizou 32 comissões criadas pelo governo

eleitor está demandando resultados administrativos. É preciso decidir, de preferência certo – disse.

O senador José Agripino lamentou que em questões que demandariam calma, como o corte de aposentadorias de idosos, o governo aja de maneira apressada.





**MINÉRIO** Jazida de diamante está localizada na área dos cinta-larga, diz Fátima Cleide

## Fátima Cleide: garimpo gera conflito em reserva

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) manifestou preocupação com o conflito na área dos índios cinta-larga, em cujo território se encontra a maior jazida de diamantes do mundo. A parlamentar informou ter encaminhado documentos ao Ministério da Justiça alertando para o problema, acrescentando que acompanhará o relator nacional dos Direitos Humanos para o Meio Ambiente em visita à região no próximo dia 16.

De acordo com a senadora, a

garimpagem na região vinha sendo contida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), mas a não liberação de recursos para o Plano Pró-Cinta-Larga e para ações emergenciais reanimou a exploração ilegal de minérios no território indígena, contribuindo para a prostituição e o tráfico de armas. Segundo Fátima Cleide, garimpeiros e empresas ameaçam invadir de novo a área e pressionam o governo para liberar a mineração. Ela lamentou que os cinta-larga

sejam mostrados pela mídia local como assassinos cruéis.

– Isso serve apenas para patrocinar um novo genocídio aos índios da região – afirmou.

Segundo a senadora, o governador de Rondônia, Ivo Cassol, vem sendo parcialmente responsabilizado pela situação por defender publicamente a liberação da mineração. Fátima Cleide disse que a gravidade da situação é motivo de preocupação também de organismos internacionais.



**CRÍTICA** Jonas Pinheiro protestou contra os subsídios dos países ricos à agricultura

## Jonas Pinheiro presta contas de viagem aos EUA

Ao prestar contas de viagem oficial que fez aos Estados Unidos na última semana de outubro, acompanhado de outros parlamentares e autoridades governamentais, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) detalhou as visitas que fez ao Congresso norte-americano, às principais bolsas de valores daquele país e a mesas de operações financeiras e órgãos reguladores e auto-reguladores dos mercados derivativos.

Uma das visitas detalhadas ocorreu em 27 de outubro à Universidade de Colúmbia. Ele informou que, na ocasião, pôde expressar a opinião sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e protestar contra os subsídios que países ricos concedem à agricultura.

– Teremos de desenvolver um intenso trabalho de formação de opinião se quisermos preparar o caminho para a entrada na Alca sem prejuízo para o agronegócio brasileiro. Não podemos ignorar o que acontece no meio parlamentar, financeiro e acadêmico dos Estados Unidos – afirmou Jonas Pinheiro.

Na avaliação do senador, parlamentares e negociadores brasileiros não podem “ficar reféns de Brasília e dos corredores e gabinetes do Congresso”. Ele defendeu uma atitude proativa, no sentido de que o país possa levar sua mensagem aos fóruns acadêmicos, parlamentares e técnicos dos países com os quais têm interesses comerciais, a começar pelos Estados Unidos.

Em aparte, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) defendeu a atuação do Congresso na luta pelo processo do crescimento do agronegócio brasileiro. Ele destacou que a agricultura atualmente é responsável por quase metade dos empregos existentes no país e contribui com quase 50% do Produto Interno Bruto (PIB).

# Simon defende maior aproximação do Brasil com a América Latina

■ Para o senador, o governo acerta ao procurar uma política de identificação com os países vizinhos

O Brasil está no caminho certo ao procurar uma política de identificação com a América Latina, disse ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao comentar declarações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ao jornal *O Globo*. O parlamentar considerou complicado, no entanto, falar em unificação das Forças Armadas latino-americanas e ressaltou que, no momento, é mais im-



**PRIORIDADE** Simon considera que, antes de criar a Alca, é preciso consolidar o Mercosul

portante defender apenas a unificação de idéias.

– A proposta que deveria ser

estudada é, ao lado do Mercosul, a organização dos Estados latino-americanos, porque aí teríamos um Estado que nos uniria contra a Europa, a Ásia e os norte-americanos – afirmou o senador.

Simon destacou a importância do debate sobre o tema e manifestou confiança de que a América Latina se torne um grande continente. Para isso, acrescentou, é preciso primeiro eliminar a corrupção e gerar capacidade de investimento nos países latino-americanos. O senador concordou com José Dirceu dizendo que o perigo de invasão da Amazônia é real. Conforme Simon, a região é vista hoje como patrimônio da

Humanidade pelos países desenvolvidos.

**Alca**

Quanto à discussão sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Pedro Simon disse que primeiro é preciso consolidar o Mercosul. Na sua opinião, o governo está avançando muito nas conversações em torno da criação da Alca, tanto que já se prepara até uma agenda positiva para reunião em Miami sobre o tema.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que talvez o ministro José Dirceu tenha se referido à integração militar quando falou em unificação das forças armadas da América Latina.

## TERRA

## Governo federal deve aplicar a lei contra invasões, diz Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa impor sua autoridade, “sem autoritarismo”, e mostrar à sociedade “que as leis e a Constituição do país serão respeitadas”, especialmente quanto à propriedade particular.

– Não quero condenar nenhum movimento social, mas o Brasil precisa de paz para voltar a crescer. Não se deve entender que a vitória do presidente Lula seja sinal verde para que não tenhamos mais respeito à propriedade, à Constituição e ao estado do direito.

Depois de um fim de sema-

na em seu estado, o Tocantins, o senador relatou ao Plenário que encontrou “brasileiros alarmados” no interior do país. Uma das imagens de televisão que mais marcaram as pessoas, destacou, foi a de uma pessoa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) arregimentando desempregados da periferia de uma cidade para que acampassem às margens de rodovias, pressionando o governo para desapropriar terras.

– Vemos constantemente notícias de pessoas que desistiram das áreas que ganharam da reforma agrária. Não é fácil conseguir o sustento da terra,



**COMÉRCIO** Eduardo Siqueira Campos discutiu ontem com empresários chineses o aumento dos negócios com o Brasil

especialmente se a pessoa não tiver experiência no meio rural.

Eduardo afirmou que seu partido, o PSDB, está na oposição ao governo, mas o presidente da República pode contar com seu apoio para fazer valer as leis e a autoridade presidencial.

– O momento é grave e só com autoridade se podem harmonizar as várias reivindicações. O presidente pode contar com nossa oposição construtiva – ressaltou.

Conforme o senador, “não é demais lembrar que invasão amedronta e afugenta capitais”.



# Senado instala hoje a CPI dos Transgênicos

Comissão vai investigar a entrada ilegal, no Brasil, de sementes de soja geneticamente modificadas

Instala-se hoje, às 14h, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar o contrabando e o plantio ilegal de soja transgênica em todo o país. Na reunião, a CPI deve eleger o presidente, o vice e o relator. A comissão terá prazo de 180 dias para concluir seus trabalhos.

O requerimento de instalação da CPI dos Transgênicos foi apresentado à Mesa pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) e



**APURAÇÃO** Capiberibe, autor do requerimento para instalação da CPI, quer esclarecer plantio ilegal

contou com a assinatura de 38 parlamentares. O número mínimo para instalação de CPI é de 27 assinaturas. De acordo com o senador João Capiberibe,

o plantio de sementes transgênicas pode colocar em risco o futuro da agricultura brasileira, tornando-a dependente de uma única empresa multinacional (Monsanto), que, segundo ele, pode ter patrocinado o contrabando das sementes.

O senador tem ressaltado que, com a CPI, pode ser esclarecido o que considera um "episódio vergonhoso": a expansão, no Brasil, da cultura de soja transgênica a partir de sementes introduzidas por meio da Argentina e do Paraguai. Capiberibe abriu mão da vice-liderança do governo por causa da edição, no último mês, de medida provisória permitindo o uso de transgênicos no país.

## Correção do Imposto de Renda na CAE

A possibilidade de correção anual da tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) será discutida hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida está prevista no Projeto nº 46/03, do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que será examinado em caráter terminativo pela comissão.

A proposta determina o índice de 1,4235 para atualizar os valores expressos em reais relativos aos fatos geradores ocorridos durante 2002, das tabelas progressivas do IRPF, tanto a mensal quanto a anual. O mesmo fator de correção seria aplicado nas deduções, como as estabelecidas por dependente e por pagamento a instituição de ensino, e também na parcela isenta de aposentado-

rias de contribuintes com mais de 65 anos.

O texto fixa, ainda, a aplicação do mesmo fator de correção no desconto simplificado de 20% dos rendimentos anuais. Além disso, o projeto, que obteve parecer favorável do relator, senador Paulo Octávio (PFL-DF), estipula que as tabelas de incidência do IRPF sejam atualizadas no dia 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

### Bancos cooperativos

A CAE deve analisar também o Projeto nº 320/03, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que garante o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para aplicação em crédito rural. O obje-



**ATUALIZAÇÃO** Proposta de Antero Paes de Barros prevê correção anual da tabela do IRPF

tivo da proposta, segundo observa Osmar Dias (PDT-PR) em seu relatório, é o de permitir que essas instituições não tenham que recorrer a intermediários financeiros.

## Universidade poderá ter cota para aluno carente

Os estudantes comprovadamente carentes poderão ter acesso a 30% das vagas abertas pelas universidades públicas. É o que prevê projeto da então senadora Iris de Araújo que será analisado hoje pela Comissão de Educação (CE). A proposta (PLS nº 215/03) recebeu parecer favorável do relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), e será ainda discutida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, considera-se carente o candidato cuja renda familiar seja inferior a cinco salários mínimos. A ex-senadora acredita que o acesso de alunos carentes à educação superior de boa qualidade fará

com que as desigualdades sociais sejam reduzidas em médio prazo. A CE também deverá votar, em decisão terminativa, projeto de autoria do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que institui o sistema de avaliação do ensino fundamental na rede pública. O relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), é pela rejeição da matéria (PLS nº 122/03).

Na mesma reunião, a Comissão de Educação, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), vota proposta de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que proíbe a afixação, exibição e comercialização de produto de cunho erótico nas instalações externas utiliza-

das para exposição de mercadorias ao público (nº 331/03).

Consta da pauta, ainda, análise do Projeto nº 298/03, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que obriga o empregador a dar assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos de seus empregados, entre zero e 6 anos de idade. O relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), é pela rejeição do projeto.

A CE também deverá votar o Projeto de Lei da Câmara nº 95/02, que permite o ensino médio nas penitenciárias, bem como 44 projetos que tratam de concessão de outorga e renovação de rádios.



**MUDANÇA** César Borges, relator da matéria, apóia a imposição, mas defende certa flexibilidade



**CRIME** Projeto de Antonio Carlos Magalhães prevê punições para a não aplicação dos recursos

## Proposta de orçamento impositivo na pauta da CCJ

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) devem voltar a debater na reunião de amanhã, às 10h, o relatório do senador César Borges (PFL-BA) sobre as quatro propostas de emenda à Constituição (PEC) que tornam impositivo o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Atualmente, o Orçamento indica a forma como devem ser gastos os recursos públicos, mas, na prática, o Executivo pode remanejar recursos, cancelar despesas ou simplesmente deixar de investir os montantes previstos.

César Borges recomenda a aprovação da PEC nº 22/00, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), segundo a qual o Executivo só pode deixar de executar créditos orçamentários por razões técnicas, operacionais ou econômico-financeiras. Para alterações no orçamento, o governo teria que contar com o apoio do Congresso, que analisaria os cancelamentos de créditos. A não execução dos recursos, diz a PEC, seria classificada como crime de responsabilidade.

- A proposta inibe ações au-

toritárias do Poder Executivo em matéria orçamentária - afirma o relator.

Ainda assim, César Borges considera importante manter certa flexibilidade. Ele explica que a proposta orçamentária é elaborada com base em estimativas de arrecadação e deve haver possibilidades de alterações durante o ano em que se executam os gastos.

A pauta da CCJ tem ainda outros 38 itens, como o relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorável ao projeto que regulamenta a atividade pesqueira no país (PLC nº 29/03) e a proposta de Marcelo Crivella (PL-RJ) que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina (PLS nº 148/03).

### Emendas ao Orçamento

Antes da reunião ordinária, a CCJ faz reunião extraordinária, às 9h30, quando os senadores deverão definir as emendas que vão apresentar aos projetos de lei orçamentária e do PPA. O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) é o relator das propostas apresentadas pelos membros da comissão.

## Comissão de Orçamento vota créditos e define relatores

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve examinar hoje créditos no valor de R\$ 15,019 bilhões. O maior montante é destinado ao Ministério da Previdência Social, no total de R\$ 10,635 bilhões. O orçamento de investimento das estatais deve receber um reforço de R\$ 3,627 bilhões.

Antes da votação dessa pauta, está prevista reunião dos coordenadores de bancada dos partidos representados na comissão para definição dos relatores para as dez áreas te-

máticas da proposta orçamentária de 2004. O critério de proporcionalidade deve ser mantido, o que garante ao PT a primeira escolha das relatorias.

A comissão já definiu o novo cronograma de tramitação da proposta orçamentária. O prazo para a apresentação de emendas ao último dia 5, termina na sexta-feira. Os relatores setoriais devem entregar os seus pareceres até o dia 24. E está mantida, por enquanto, a votação final no Plenário no dia 15 de dezembro.



## Instituições recebem livros em braile no RS

Diversas instituições gaúchas de assistência a deficientes visuais receberam na última sexta-feira doações de livros em braile publicados pelo Senado Federal. Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP) entregaram os livros aos representantes das instituições, em cerimônia informal no estande do Senado na 49ª Feira do Livro de Porto Alegre. Emocionado, Tuma disse que não bastam leis sem ações que realmente promovam a cidadania de quem está à margem dos seus próprios direitos.

Os livros doados são: Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Lei de Doação de Órgãos; Constituição do Estado do Rio Grande do Sul; Constituição Federal; Código de Proteção e Defesa do Consumidor; Conselhos aos Governantes; e Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Paulo Paim também utilizou o espaço do estande do Senado para autografar seu livro de poesias *Vida, Sonhos e Poesia*. Centenas de pessoas mantiveram o senador no estande por mais de quatro horas autografando, além do livro de poesias, os exemplares dos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência, lei e projetos de lei de sua autoria. No Pavilhão de Autógrafos da Feira do Livro, Pedro Simon (PMDB-RS) também passou a tarde recebendo centenas de pessoas que buscavam uma dedicatória do senador nos livros *O País dos Clandestinos*, de sua autoria, e *Grandes Vultos que Honraram o Senado - Darcy Ribeiro*, publicado pelo Senado. Ainda na sexta-feira, Simon, Paim, Zambiasi e Tuma foram homenageados pelo Tribunal de Contas gaúcho.



# Sarney diz que Legislativo é o Poder mais exposto

■ “Pesquisa mostra crescimento bastante acentuado da confiança no Congresso”

Apontado em pesquisa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como uma das instituições menos confiáveis do país, o Poder Legislativo foi defendido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Ouvindo 1.700 pessoas, a pesquisa levantou que o grau de confiança no Parlamento é de 34%; no Judiciário, é de 39%; no Executivo, é de 58%; na Igreja, é de 74%; e na imprensa, é de 60%.

No entender de Sarney, o Congresso tem essa avaliação na opinião pública porque é o Poder que decide abertamente, que está sujeito a todas as crí-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**TRANSPARÊNCIA** Sarney destaca que Congresso é um Poder que decide abertamente

ticas, a todos os juízos que são feitos sobre o Parlamento.

– Com essa exposição em que vive o Congresso, é natural que as críticas caiam mais nas costas do Legislativo – afirmou o senador.

Ao analisar os dados da pesquisa, Sarney constatou que os números referentes aos três Poderes são muito próximos, o que reduz o significado de o Congresso ter ficado em último lugar. Ele também observou que, no princípio do ano, a avaliação que contemplava o Parlamento era a metade do índice obtido hoje, o que, em sua opinião, “mostra que há um crescimento bastante acentuado da confiança da sociedade no Congresso”.

Na opinião do parlamentar, a pesquisa da OAB revela que os três Poderes estão alinhados praticamente no mesmo nível e com o Congresso subindo de posição. Sarney enfatizou que o Parlamento é o único Poder que toma decisões publicamente, o que dá oportunidade a grupos de pressão de se manifestarem contra ou a favor.

## Senado e Câmara celebram nesta semana os 180 anos do Parlamento

A Câmara e o Senado terão nesta semana vários eventos em comemoração dos 180 anos do Congresso Nacional. Na quinta e sexta-feira, será realizado o encontro dos presidentes de assembleias legislativas para discutir temas nacionais, como a revisão do pacto federativo, as reformas política e eleitoral e a atuação do Poder Legislativo. Para o presidente do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, os debates poderão contribuir para o aprimoramento e a revitalização das atividades parlamentares.

Hoje, às 10h, uma conferência, proferida pela historiadora e cientista política Isabel Lustosa, aborda a história do



Parlamento brasileiro. Na conferência, o consultor legislativo Ricardo Oriá atuará como moderador da discussão e os debatedores serão os deputados Bonifácio Andrada (PSDB-MG) e Chico Alencar (PT-RJ).

Na quinta-feira, às 14h30, o Plenário realizará uma sessão

solene em homenagem aos 180 anos do Congresso Nacional. Em seguida, no Salão Negro, haverá o lançamento de um selo comemorativo.

Na sexta, das 9h às 12h, no Auditório Petrônio Portella, no Senado, será realizado um painel sobre a reforma política, o sistema eleitoral e o pacto federativo. A reunião será presidida pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG) e pelo deputado Patrus Ananias (PT-MG). Das 14h30 às 17h30, o painel será sobre a reforma política, o mandato de vereador e o Interlegis. Os presidentes da reunião serão o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG).



**ANAÁLISE** Saturnino aplaude Marinha e defende declarações de José Dirceu

## Saturnino: Marinha faz 181 anos

Os 181 anos de fundação da Marinha do Brasil, comemorados ontem, foram lembrados por Roberto Saturnino (PT-RJ). O senador disse que apenas dois meses depois da Independência do Brasil nascia a primeira força armada do país, observando que o fato de a ocupação do território brasileiro ter sido iniciada pelo litoral justificou a precedência no surgimento da Marinha em relação ao Exército.

Saturnino aproveitou para fazer uma saudação ao almirante Max Justo Guedes, que dirigia, desde 1997, o Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha.

O senador também comentou a entrevista do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência, José Dirceu, ao *O Globo*. Para Saturnino, Dirceu foi muito “apropriado e oportuno” em suas declarações. No momento em que se esboça um agravamento da situação na fronteira entre Brasil e Colômbia, alvo de ações de guerrilha e do narcotráfico, o que poderia desencadear uma intervenção militar norte-americana na região, o senador diz que o quadro é preocupante. Quanto às restrições à Alca, Saturnino acredita que a área de livre comércio, mesmo bem negociada, pode condenar o Brasil a uma economia de segunda categoria.

## Aelton defende “luta incansável” contra os crimes ecológicos

O senador Aelton Freitas (PL-MG) conclamou ontem os órgãos públicos e a sociedade a travarem “uma luta incansável” pela preservação do patrimônio ecológico do país. Ele disse que a ação fiscalizadora do poder público ainda é tímida nessa área e que a sociedade “peca pela imprudência e provoca perdas naturais graves e desnecessárias”.

Aelton Freitas citou especificamente o caso de Minas Gerais, um dos estados recordistas em crimes ambientais no país, conforme reportagem publicada no último dia 2 pelo jornal *Estado de Minas*. O Brasil, afirmou o senador, é o principal alvo do tráfico internacional de recursos naturais e o estado de Minas Gerais, por sua posição geográfica e malha ro-

doviária, integra a rota de atuação de quadrilhas estrangeiras especializadas no tráfico de fauna e flora.

O senador informou que só o tráfico de animais silvestres movimentou cerca de US\$ 10 bilhões ao ano, com o Brasil sendo responsável por 10% desse mercado. Ele acrescentou que, segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos

Renováveis (Ibama), Minas Gerais lidera o *ranking* brasileiro de apreensões de animais, respondendo por um terço do total de confiscos efetuados pelo órgão em 2002.

Aelton se disse satisfeito com a reação que começa a despontar em Minas Gerais contra esse quadro, elogiando a campanha “Quem ama não compra”, contra o tráfico de animais.



## Mão Santa homenageia os 85 anos de Alberto Silva

O senador Mão Santa (PMDB-PI) homenageou ontem os 85 anos do seu colega piauiense Alberto Silva (PMDB). Relembrando o percurso que levou o engenheiro Alberto Silva a ocupar os cargos de prefeito de Parnaíba, deputado estadual, governador do estado, deputado

federal e senador, Mão Santa ressaltou sua inteligência, generosidade, a ousadia e consciência social.

Presente em Plenário, Alberto Silva ouviu Mão Santa recordar os tempos heróicos em Parnaíba, quando o prefeito, vestido em um macacão, operava ele próprio uma bomba d'água durante as obras de criação

do bairro Ribeirinha. Mais tarde, motivado por pressões políticas, "exilou-se" no Ceará, onde chefiou um amplo programa de implantação de linhas de energia elétrica.

Segundo Mão Santa, Alberto Silva também se notabilizou por seu trabalho na implantação de estradas de ferro e, durante seu manda-

to como governador (1987-1991), de um terminal de petróleo e de um estádio de futebol (o Albertão). Sucedido por Mão Santa, Alberto Silva elegeu-se deputado federal. Atualmente está no segundo mandato de senador.

– Só falta agora ser ministro e presidente da República – vaticinou.



**RECONHECIMENTO** Alberto Silva teve qualidades ressaltadas em Plenário

## João Ribeiro elogia obras na Belém-Brasília

O lançamento do programa Crema (Contrato de Restauração e Manutenção da Malha Rodoviária Federal), ocorrido em Anápolis (GO) na última sexta-feira, foi saudado em Plenário pelo senador João Ribeiro (PFL-TO). A iniciativa deve começar a ser implementada a partir da recuperação e manutenção dos 2.061 quilômetros da rodovia Belém-Brasília nos estados de Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão.

– Em nome do povo do Tocantins, quero deixar registrada a alegria de saber que a recuperação da Belém-Brasília, uma luta antiga, vai acontecer graças ao empenho do governo Lula – comentou. João Ribeiro classificou como “um ato de bravura” o lançamento desse programa, que deverá investir, com o apoio do Banco Mundial, R\$ 227,9 milhões na Belém-Brasília, cuja construção foi iniciada ainda no governo Juscelino Kubitschek.

A rodovia começa no Pará e termina no Rio Grande do Sul, atravessando o Maranhão, Tocantins e Goiás. Trata-se, conforme assinalou o senador, do principal eixo de ligação rodoviária da Região Norte com o Centro e o Sul do país. Enquanto em Goiás e em parte do Tocantins a rodovia recebe a denominação de BR-153, no Pará é chamada de BR-010 e 316.



**APROVAÇÃO** Programa de recuperação de rodovias é “ato de bravura”, diz João Ribeiro

## Paim rejeita reforma da CLT que lese trabalhador

■ Senador adverte que mudanças não podem ser feitas para atender interesses do neoliberalismo

O senador Paulo Paim (PT-RS) advertiu ontem que não votará a favor de propostas para mudar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que acabem com direitos históricos dos trabalhadores. Segundo o parlamentar, como patrimônio do povo, a CLT não pode ser reformada para atender aos interesses do neoliberalismo, extinguindo as férias de 30 dias e o 13º salário, por exemplo.

– Nos países onde reformas semelhantes foram feitas, o desemprego só aumentou – disse Paim, citando como exemplos a Alemanha (de 4,8% para 8,7%), a França (de 9% para 11,3%), o Japão (de 2,1% para 4,7%) e a Argentina (de 7,5%



**DIREITOS** Paim quer manter conquistas como férias de 30 dias e 13º salário

para 14,3%).

O senador Paulo Paim observou que no Brasil, com o estabelecimento do contrato temporário, o desemprego pulou de 3% para 9,6%. Ele deixou claro que não é contrário a mudanças, desde que amplamente discutidas. O Fórum Nacional do Trabalho seria um bom ponto de partida.

Entre as idéias citadas como

positivas por Paim estão o combate ao trabalho infantil, o incentivo ao primeiro emprego, a redução dos encargos sociais sobre a folha salarial, a proibição das horas extras e a redução da jornada de trabalho. Só essa última medida geraria 3 milhões de empregos.

– Nossa jornada ainda é uma das mais elevadas do mundo. Enquanto um operário brasileiro trabalha em média 2.100 horas por ano, na Holanda a jornada anual é de 1.400 horas.

Paim também previu que apenas a reforma da Previdência será votada este ano, ainda assim, se houver acordo entre governo e oposição. Ele não acredita que haja tempo para votar a PEC da reforma tributária. Ele também criticou o projeto que muda a Lei de Falências, aprovado na Câmara, por dar preferência aos banqueiros no recebimento de créditos, deixando os trabalhadores em desvantagem.

## Eurípedes pede ao governo que reveja alíquota única de 7% para a Cofins

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) apelou ao governo para que reveja a alíquota única de 7% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) que substituirá a incidência em cadeia do tributo, porque irá onerar de forma insuportável o setor de serviços, principal atividade econômica nas regiões mais pobres do país – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

– Uma reforma que venha a onerar os estados que têm como vocação econômica o setor de serviços é um equívoco – disse Eurípedes.



**EQUIVOCO** Eurípedes teme que setor de turismo seja asfixiado e se torne ineficiente

O senador elogiou a decisão do governo de acabar com a incidência da Cofins em toda a cadeia produtiva e criar uma alíquota única. Mas alertou

que a alíquota de 7% pode ser elevada demais. Ele teme que o setor de turismo, por exemplo, seja asfixiado e se torne inviável. Para o senador, a cobrança cumulativa da Cofins tem colocado as empresas brasileiras em desvantagem diante das estrangeiras.

Eurípedes elogiou também a viagem do presidente Lula à África, devido aos laços históricos, culturais e étnicos que unem o país àquele continente.

– Os povos africanos tiveram um papel decisivo e fundamental na formação da nação brasileira, da nossa cultura, da nossa história.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa e Luiz Otávio



**PREJUÍZOS** Insegurança sobre as novas regras gera queda nos investimentos, afirma José Jorge

## José Jorge cobra modelo para o setor elétrico

O senador José Jorge (PFL-PE), que foi ministro de Minas e Energia no governo passado, cobrou ontem da tribuna o novo modelo para o setor elétrico, anunciado pelo governo Lula. O parlamentar lembrou que o ano está terminando e ainda não há definição sobre o novo sistema.

– Já me disseram que este foi um ano em que nenhuma empresa de energia apertou parafuso novo. Ninguém investe. Todas as empresas estão inseguras. Insegurança sobre o atual modelo, que vai mudar, e sobre o novo, que dele nada se sabe – lamentou.

A sorte do governo, conforme José Jorge, é a recessão econômica, as chuvas normais no Sudeste, a economia de energia elétrica que a população passou a fazer e o aumento de geração obtido com os projetos lançados no governo passado. Não fosse isso, continuou, o Brasil estaria enfrentando até mesmo a possibilidade de um racionamento.

Em aparte, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), também ex-ministro de Minas e Energia, alertou que a soma de falta de chuvas, falta de investimentos e falta de marco regulatório leva ao racionamento de eletricidade. Para ele, deve ser definida regra clara para as termoelétricas e para o preço do gás.